



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 65/X-3º/2011-12

(Em defesa do SNS, contra o encerramento noturno do serviço de urgências polivalentes do HGO)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2012 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 19 de abril de 2012, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Determina a Constituição da República Portuguesa no artigo 64º, que o direito à saúde é realizado, “Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, (...) tendencialmente gratuito”, cabendo ao Estado, entre outras responsabilidades, “Garantir o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

Contudo, a política seguida vai no sentido oposto ao cumprimento deste preceito constitucional, restringindo cada vez mais o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde. O subfinanciamento, os cortes cegos e drásticos, a obrigatoriedade do cumprimento da chamada lei dos compromissos estão a conduzir ao asfixiamento financeiro do SNS e assim ao seu desmantelamento.

Entretanto são canalizados milhões de euros para os grandes grupos económicos e financeiros, através, designadamente, das parcerias público/ privadas.

Significa, portanto, que não é por incapacidade económica do Estado que se corta no financiamento do SNS, mas sim por opção política. Daqui decorre a falta de recursos humanos, técnicos e materiais, conduzindo à degradação da qualidade dos serviços prestados, que só não é mais grave devido ao empenhamento e dedicação dos profissionais de saúde.

De acordo com relatórios de organizações internacionais, como por exemplo, a OCDE, os portugueses estão entre os que mais pagam diretamente dos seus bolsos (30% da despesa



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 65

total com a saúde), para além do que já pagam através dos seus impostos e apesar de terem salários e pensões de reforma mais baixos. Por isso os aumentos brutais e criação de novas taxas moderadoras e os cortes nos apoios aos transportes de doentes não urgentes estão a impedir a muitos milhares de portugueses a concretização do direito constitucionalmente previsto.

Para além das “reestruturações” nos cuidados primários, que têm resultado em encerramento de serviços e alterações nos horários de funcionamento dos centros de saúde, a falta de médicos de família, do encerramento indiscriminado de serviços e valências, chegou agora a vez da chamada “reorganização dos hospitais”.

Do que tem vindo na comunicação social, e não desmentido pelo ministro da saúde, o Governo tem a intenção de encerrar o Serviço de Urgências polivalentes do HGO no período noturno. Esta medida, se concretizada, significaria um retrocesso inqualificável no acesso aos cuidados de saúde das populações, não só do concelho de Almada, mas de toda a região sul.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 19 de Abril de 2012, decide:

- a) Reclamar do governo que cumpra os preceitos constitucionais na defesa do SNS, universal, geral e tendencialmente gratuito;
- b) Exigir o fim das taxas moderadoras;
- c) Reivindicar do governo a suspensão de todas as medidas que conduzam ao encerramento e/ou diminuição das valências do serviço de urgências polivalente do HGO;
- d) Apoiar as lutas das comissões de utentes e das populações em defesa do SNS.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 20 de abril de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)